

ENTREVISTA COM FLÁVIA BIROLI

flaviabiroli@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-2723-4731>

Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia

Gender and politics: gender equality and sexual diversity in the crisis of democracy

Género y política: igualdad de género y diversidad sexual en la crisis de la democracia



“A questão que atravessa tudo que faço são as disputas em torno do próprio sentido da democracia”. Assim, a pesquisadora Flávia Biroli compreende sua trajetória na ciência. Em entrevista à Reciis, comenta sobre suas pesquisas que perpassaram a interface comunicação e política e seus estudos mais recentes sobre gênero e democracia. Biroli discute o que denomina de neoconservadorismo, que se dá por alianças de diferentes atores conservadores de escala transnacional as quais atuam contra as agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual. Tais ações se utilizam da dimensão moral e de valores tradicionais ‘de família’ como justificativas para a promoção de processos de erosão da democracia. Em relação aos feminismos, entende que, tanto na expressão acadêmica quanto na expressão política, o diagnóstico interseccional das opressões de gênero é central para a compreensão e para solidariedades sociais e resistências políticas. Em contexto de pandemia, Biroli discorre sobre seus efeitos nas mulheres, mais responsabilizadas pelas práticas do cuidado. Para a pesquisadora, pensar nos modos de organização social que levam em conta relações de dependência e vulnerabilidade é também pensar na constituição de uma sociedade mais justa e sustentável. Flávia Biroli é professora associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).

Palavras-chave: Democracia; Gêneros; Política; Cuidado; Feminismos.

“The issue that runs through everything I do are the disputes over the very meaning of democracy.” It is with these words that the researcher Flávia Biroli understands her path in science. In an interview for Reciis, she comments on her research that permeated the interface between communication and politics and her most recent studies on gender and democracy. Biroli discusses what she calls neoconservatism, which occurs through alliances of different conservative actors on a transnational scale, which act against the agendas of gender equality and sexual diversity. Such actions use the moral dimension and traditional ‘family’ values to justify promoting processes of erosion of democracy. In relation to feminisms, Biroli states that, both in academic and political expression, the intersectional diagnosis of gender oppression is paramount to understanding and to performing social and political solidarities. In the pandemic context, Biroli discusses its effects on women, who are more responsible for care practices. In her point of view, thinking about ways of social organization that take into account relations of dependency and vulnerability is also thinking about the formation of a fairer and more sustainable society. Flávia Biroli is an associate professor at the Institute of Political Science at the University of Brasília (UnB).

Keywords: Democracy; Genres; Policy; Caution; Feminisms.

“El tema que atraviesa todo lo que hago son las disputas sobre el significado mismo de la democracia”. Así la investigadora Flávia Biroli comprende su trayectoria en la ciencia. En entrevista a Reciis, Biroli comenta sus investigaciones que impregnaron la interfaz comunicación-política y sus estudios más recientes sobre género y democracia. Biroli discute lo que llama neoconservadurismo, que ocurre a través de alianzas de diferentes actores conservadores en escala transnacional, que actúan en contra de las agendas de igualdad de género y diversidad sexual. Estas acciones utilizan la dimensión moral y los valores tradicionales de la ‘familia’ como justificación para promover procesos de erosión de la democracia. En relación a los feminismos, Biroli entiende que tanto en la expresión académica como en la expresión política el diagnóstico interseccional de la opresión de género es central para la comprensión y el desempeño de las solidaridades sociales y políticas. En contexto de pandemia, Biroli analiza sus efectos en las mujeres, que son más responsables de las prácticas de atención. La investigadora cree que pensar en formas de organización social que tengan en cuenta las relaciones de dependencia y vulnerabilidad es también pensar en la constitución de una sociedad más justa y sostenible. Flávia Biroli es profesora asociada del Instituto de Ciencias Políticas de la Universidad de Brasilia (UnB).

Palabras clave: Democracia; Géneros; Política; Precaución; Feminismos.

INFORMAÇÕES

Entrevistador: Roberto Abib.

Fotografia: Flávia Biroli/ Arquivo pessoal.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Reciis: Poderia nos contar sobre a sua trajetória na pesquisa, a passagem pelo jornalismo, sobre a pós-graduação em história e a atuação na ciência política, e de que forma o feminismo se coloca como um ponto de reflexão em suas produções intelectuais?

Flávia Birolí: Eu tenho uma trajetória muito característica daquilo que se define como feminismo acadêmico, na minha produção sobre gênero e política no Brasil, sobre teoria feminista. Eu tenho uma trajetória de formação que é pouco ortodoxa, digamos. Cada vez mais nas ciências sociais, na ciência política no Brasil, a trajetória disciplinar na área específica tem predominado. Não foi sempre assim, mas com o advento das pós-graduações disciplinares isso se tornou mais comum nas gerações atuais que fazem pós-graduação.

No meu caso, venho de uma graduação em jornalismo, na Unesp (Universidade Estadual Paulista). Fiz mestrado e doutorado em história política na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Nesse período foi que me aproximei da ciência política. Já doutora, quando comecei a lecionar na Universidade de Brasília (UnB), onde trabalho até hoje, passei a atuar na ciência política da UnB, e toda a minha pesquisa e atuação profissional passou a se situar nesse campo, a ponto de eu ter sido, recentemente, presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) – 2018-2020. Nessa passagem da história para a ciência política foi que comecei a trabalhar com a pesquisa entre gênero e política. Minhas pesquisas no mestrado e doutorado foram sobre meios de comunicação e política no Brasil, sobretudo voltadas ao contexto específico prévio ao Golpe de 1964 (BIROLI, 1999, 2003). A questão que atravessa tudo que faço são as disputas em torno do próprio sentido da democracia, entre os atores em conflito naquele momento e hoje ainda. Nesse período, a perspectiva central era a atuação dos meios de comunicação, a compreensão da heterogeneidade dos atores daquele momento.

Quando vim para a UnB, comecei a trabalhar numa pesquisa junto com um colega, o professor Luis Felipe Miguel, com quem trabalhei muitos anos e com quem tenho várias coautorias, sobre meios de comunicação, democracia, representação política e mulheres. A questão específica dessa pesquisa era entender de que maneira os meios de comunicação se constituíam como espaço importante da sub-representação das mulheres na política. Analisamos intensamente os noticiários políticos de jornais e as revistas semanais brasileiras. A questão era entender a sub-representação no meio político institucional e no meio jornalístico, também permeado por estereótipos de gênero. Nesse instante, eu descobri os estudos de gênero e as teorias feministas. É realmente um ‘antes’ e um ‘depois’ na minha trajetória como pesquisadora. Isso porque me apaixonei, no sentido de que passei a compreender de uma outra forma uma série de limites que eu percebia nas teorias da democracia, no debate sobre democracia e igualdade no Brasil.

Desde então, trabalhei também um pouco com eleições, meios de comunicação e democracia, mas me concentrando sobretudo nas pesquisas sobre gênero e democracia, gênero e política. Com ênfase muito grande, com uma dedicação muito forte, nas teorias de gênero feministas e na teorização das democracias a partir delas. Trata-se de um subcampo da ciência política e da teoria política, especificamente. Toda a compressão conceitual-normativa de democracia e de noções muito fundamentais ao pensamento político, como liberdade, autonomia e pluralidade, tem sido um foco bem importante para mim. Nesses anos recentes, voltei-me para temas específicos. Talvez algo que seja peculiar ao meu modo de trabalho é que gosto muito de trabalhar ao mesmo tempo com pesquisas teórica e empírica. Nem sempre é assim que as pessoas trabalham. Meu trabalho é muito marcado por esse trânsito. Uma teoria empiricamente informada, como eu gosto de dizer.

Nesse trânsito entre teoria e estudos de caso, estudos empíricos, eu passei por diferentes problemas interconectados. A questão da representação política sempre esteve presente: representação política de mulheres e de como a agenda de gênero é parte dos processos de representação substantiva, de constituição

de agenda, de formulação de política, legislação e agendas específicas – questões essas que analisei nas minhas pesquisas no legislativo brasileiro.

Fiz análises de caráter teórico acerca do direito ao aborto e que se cruzam com as reflexões que estão num livro publicado em 2013 (BIROLI, 2013). Nele, organizei um pouco esse debate, analisando o conceito de autonomia no debate teórico feminista e a reformulação do conceito pelo debate teórico feminista, entre outras questões. Fui me aproximando de duas agendas a partir dessas agendas anteriores. Uma delas foi, digamos, forçada pelo contexto, para quem já trabalhava com essa agenda da representação, do direito ao aborto. Vi novos padrões de oposição à agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual se apresentando, num momento em que a gente nem entendia muito bem o que estava acontecendo. Essa é uma das minhas agendas atuais: a análise da reação conservadora ou neoconservadora à agenda da igualdade de gênero, da diversidade sexual no Brasil. Mas também atuo com um olhar para nossa região, para a América Latina, já que sabemos que se trata de um fenômeno transnacional.

Uma outra agenda que é muito cara a mim é a das relações entre cuidado e democracia, ou seja, as práticas de cuidado e a construção teórica do problema do cuidado, da dependência e de sua exclusão do debate sobre democracia. Nas minhas pesquisas, nos últimos anos, colaborei para trazer esse tema mais fortemente para o debate acadêmico na ciência política. Era um debate que já existia no campo da sociologia no Brasil, mas que era muito pouco presente em outras áreas disciplinares, na ciência política, em específico. Meu esforço é de diálogo com o debate teórico internacional, com os olhos voltados para o processo político no Brasil, para dar visibilidade ao problema das relações entre cuidado e democracia.

Reciis: A imprensa (comunicação e política) foi um lugar de observação no seu mestrado e doutorado. Como ela se insere na dissertação e na tese? E como isso se reflete nas suas pesquisas atuais?

Flávia Birolí: Eu não tenho trabalhado com análise sobre meios de comunicação e política recentemente, mas há dois aspectos, decorrentes das minhas pesquisas em comunicação e política ao longo dos anos, que ficaram muito presentes na minha maneira de lidar com diferentes temáticas, com diferentes agendas de pesquisa. Um é a compreensão dos meios de comunicação como atores políticos; é o entendimento de que não se trata de um ambiente no qual valores e posições em conflito são simplesmente reverberados. É saber que a mídia, em sentido amplo, tem um papel. E que nós temos de levar a sério o entendimento desses meios de comunicação como atores. É preciso compreender a heterogeneidade desse campo da comunicação, tanto em termos de veículos e posicionamentos assumidos quanto com relação aos diferentes formatos de interação comunicacional. Esse é um aspecto importante nas análises de conjuntura que tenho feito recentemente.

Para compreender a crise da democracia no Brasil, é preciso entender o papel que os meios de comunicação tiveram no processo político. No entanto, é uma relação complexa e que não segue sempre um mesmo padrão. O segundo ponto é justamente esse, que se trata de um campo heterogêneo, atravessado por conflitos. Não é possível operar como se a mídia fosse homogênea ou como se tivesse um lugar predeterminado, ainda que sejam atores com interesses econômicos específicos. Evidente que existem questões que dizem respeito à economia política, aos sistemas de comunicação, mas há também uma complexidade nos posicionamentos – nas disputas entre empresas que perpassam esses sistemas, por exemplo. Os conflitos entre algumas das principais empresas de comunicação brasileira e o governo Bolsonaro são um exemplo disso, as lealdades que se recolocam, a agenda econômica que perpassa também as adesões em meio aos conflitos.

Há, ainda, uma diversidade grande nesse campo da comunicação, sobre o qual tenho trabalhado – a reação conservadora à igualdade de gênero. Com a crise da democracia e, em especial, a ascensão da

extrema direita, há dinâmicas importantes relacionadas aos direitos humanos e às agendas de igualdade. Observamos algo que me parece bem importante – a erosão da legitimidade de agendas de direitos humanos e de valores democráticos, provocada de maneira coordenada por atores da extrema direita. Por outro lado, assistimos também à expansão do debate no sentido de uma aceitação maior de que o discurso de ódio é parte do debate político. Há aí um risco enorme. A desinformação é um elemento importante para a pesquisa sobre democracia e direitos humanos hoje.

Reciis: Em seus livros e em títulos organizados por você, gênero, desigualdades neoconservadorismo e democracia são temas muito explorados. Como eles se entrecruzam na vida social e política?

Flávia Biroli: Em *Gênero e desigualdades* (BIROLI, 2018) faço uma conexão entre dois eixos das análises sobre desigualdades de gênero e democracia que nem sempre aparecem juntos nos trabalhos de pesquisa. O primeiro eixo diz respeito à divisão sexual do trabalho e do cuidado, que traz como questão central o problema da responsabilização desigual de mulheres e homens, sobretudo das mulheres negras em relação aos homens e às mulheres brancas. Diz respeito à reprodução social, que é constituída por uma dinâmica cotidiana que permite a manutenção da vida. Isso não apenas no sentido físico, mas também no sentido do suporte necessário, inclusive de caráter emocional, para que pessoas sigam vivendo, trabalhando etc.

Essa agenda, na minha opinião, se torna ainda mais relevante agora na pandemia de Covid-19. No livro, tal agenda aparece nos seus entrecruzamentos com as disputas no campo político institucional. Por um lado, tem-se a participação das mulheres na política, porque conecto a divisão do trabalho no cotidiano à divisão sexual do trabalho político, que atribui às mulheres papéis distintos daqueles desempenhados pelos homens. As separações e hierarquizações que assim se definem limitam a participação feminina, atribuindo a elas competências específicas e que teriam relação com disposições supostamente naturais – na verdade, derivadas dos papéis e das responsabilidades historicamente atribuídos às mulheres e aos homens.

Por outro lado, conecto esse tema da divisão sexual do trabalho à esfera político institucional, que é atravessada por uma questão do campo da economia política, pelo fato de que as disputas em relação à agenda de gênero, hoje, assumem padrões que têm relação muito direta com o avanço do neoliberalismo, depois da Crise de 2008. Nesse mesmo período, já estavam postos em cena o conservadorismo e a defesa da família e das moralidades tradicionais de gênero. Eles surgem como ‘alternativas’ e vão ganhando força à medida que as restrições das garantias coletivas e de direitos, que se apresentam pela inscrição das agendas de ‘austeridade’ em legislação constitucional, infraconstitucional e pela consequente restrição de políticas públicas, foram angariando espaço.

O reposicionamento das famílias como responsáveis pela proteção social, por cuidar dos “seus”, vem justamente suprir os recuos do Estado na oferta de políticas públicas, a responsabilidade coletiva e estatal pela vulnerabilidade humana. Com a pandemia Covid-19, isso dico ainda mais evidente. O presidente Jair Bolsonaro falou muito no início da pandemia: *“Cada um que cuide dos seus, cada um que cuide do seu avô”*. Isso surge como um código de gênero, pois atribuir às famílias é atribuir às mulheres. A divisão sexual do trabalho se consolida de um modo que responsabiliza as mulheres. Ao mesmo tempo ela opera com um código que sugere uma reformulação do papel do Estado. Há um deslocamento para a esfera privada daquilo que pode ser e foi de responsabilidade do Estado.

Desde o livro de 2018, fui mergulhando mais no debate sobre essas reações conservadoras à agenda de gênero e sua expressão nos valores familiares, ou ‘familismo’, como matriz política mobilizada, não só pela direita, mas pela extrema direita e por grupos ultraconservadores e ultraliberais. Nesse período, foi o trabalho nessa frente de pesquisa que deu origem ao livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia*

(BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020), escrito em parceria com os colegas Maria das Dores Campos Machado (UFRJ) e Juan Marco Vaggione (Universidade Nacional de Córdoba). O que eu queria ressaltar, já que começamos falando de interdisciplinaridade, é que os dois são estudiosos das relações entre religião e política e, ao mesmo tempo, atuam no campo do direito (Juan) e da sociologia (Maria das Dores), e eu, na ciência política. Foi um diálogo muito rico. Esse livro é uma expressão desse diálogo interdisciplinar e muito aberto. Aprendi muito com eles sobre o papel da religião, compreendida sem simplificações sobre o que é o campo religioso, quem e o que representam e como os atores religiosos se posicionam. Então, nós elaboramos essa compreensão de como tem sido essas investidas conservadoras. Optamos por definir como neoconservadorismo esse fenômeno atual de oposição à igualdade de gênero e à diversidade sexual na América Latina, procurando justamente compreender que atores são esses, como se dão as alianças entre eles, e em que consiste atualmente essa mobilização contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual.

Reciis: Como você analisa a expressão 'ideologia de gênero'? E quando ela emerge como uma estratégia política?

Flávia Birolí: Foi no processo de pesquisa e nas redes que me voltei para o tema. Entendemos que se trata de um fenômeno transnacional. Nessa pesquisa com o Juan e a Maria das Dores, e nos beneficiando de pesquisas já realizadas, trabalhamos com a ideia já bem documentada de que essa origem está nos anos 1990, na reação à presença da agenda de igualdade de gênero e de diversidade sexual, no debate sobre direitos humanos, sobretudo no ciclo de conferências sociais da ONU, com destaque para a IV Conferência Mundial sobre a mulher: igualdade, desenvolvimento e paz, realizada em Pequim, 1995.¹ Nessa época já se formulava uma reação a essa agenda de igualdade e diversidade que se utilizou desse conceito 'ideologia de gênero'. Tal reação foi capitaneada pela Igreja Católica como instituição (pelo Vaticano). O termo apareceu pela primeira vez na América Latina em um documento da Conferência Episcopal Peruana, *Ideologia de gênero: seus perigos e alcances* (2008). Tem relação com mudanças políticas e teológicas na maneira de abordar a questão de gênero e os avanços feministas no âmbito da Igreja Católica.

Minha pergunta central é: o que houve entre aquele momento nos anos 1990, quando o conceito surgiu, e a segunda década do século XXI, a partir de 2010, em que essa expressão se torna parte de protestos de rua, de campanhas políticas eleitorais, se torna parte do léxico de atores políticos de direita, principalmente de extrema direita, em muitos países do mundo? No caso da América Latina, no próprio processo de democratização e consolidação democrática; no caso brasileiro, no período da Nova República, criaram-se oportunidades para atores com agendas antagônicas – os movimentos feministas, LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, demais) e de direitos humanos –, mas também para atores religiosos, em particular os evangélicos, que ganharam possibilidade de atuar e mesmo de criar partidos que representam igrejas específicas. No caso do Brasil, algo que não se dá da mesma maneira em todo o continente.

Esse é um aspecto – os atores em conflito no período democrático. Hoje observamos que os atores contrários à agenda da igualdade de gênero, que ganharam oportunidade para atuar com a democracia, acabam participando de processos de erosão da democracia e justificando alternativas de extrema direita, antissistêmicas, que correspondem a retrocessos de diferentes tipos.

¹ A IV Conferência Mundial sobre a mulher teve como tema central a 'Ação para a igualdade, o desenvolvimento e a paz' e foi realizada em Pequim, na China, em 1995. A Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim afirmam os direitos das mulheres como direitos humanos e comprometidos com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos. Define o conceito de gênero para a agenda internacional, o empoderamento das mulheres e a transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de gênero (ONU Mulheres Brasil).

Vale a pena ressaltar que essa campanha – que começou na década de 1990 para tentar barrar os avanços principalmente da Conferência de Pequim, campanha essa capitaneada por intelectuais católicos – vai se transformando num movimento do qual participam diferentes atores religiosos. Observamos alianças importantes entre evangélicos e católicos na América Latina e uma certa divisão do trabalho. A pesquisa revela uma agenda comum muito evidente de manifestação contrária sobretudo às agendas da igualdade de gênero e da diversidade sexual na educação, e contrária também aos direitos relacionados à identidade de gênero. Tudo isso sob o discurso de defesa da família. A agenda é comum, o propósito é comum, mas houve uma divisão do trabalho: atores católicos atuavam mais de fundo, muitas vezes formando atores políticos no Legislativo, construindo referências importantes no âmbito jurídico. Já os evangélicos formaram a linha de frente dos protestos de rua, chamando à atuação, com presença nas ruas, ainda que houvesse também padres em várias das manifestações que analisei. Essas manifestações aconteceram em diversos países da América Latina, a partir de 2015. Os evangélicos têm também uma atuação mais performática, por assim dizer, nos legislativos, com representantes eleitos.

Dentro do Congresso Nacional, entre as pesquisadoras e os pesquisadores que orientei nesse tema, saliento os trabalhos do Raniery Parra Teixeira e de Rayani Mariano dos Santos. O primeiro, em seu mestrado, se dedicou a entender como a ‘ideologia de gênero’ se tornou um recurso, uma linguagem, na reação neoconservadora à agenda de igualdade de gênero e de diversidade sexual no Congresso Brasileiro (TEIXEIRA, 2019). Rayani produziu uma tese de doutorado muito interessante sobre a mobilização dos valores familiares, a defesa da família, em diferentes projetos de lei (SANTOS, 2019).

Nos dois casos, observamos uma ação conjunta e convergente de católicos e evangélicos, mas com papéis diferentes. Por exemplo, com relação à disputa pelo direito ao aborto, quando as mulheres foram às ruas do país inteiro contra o Projeto de Lei 5.069 (BRASIL, 2013)², que tinha como um dos autores o então deputado Eduardo Cunha, evangélico, havia importante atuação de deputados católicos, mas não se falava neles – o jurista Evandro Gussi (PV-SP) e outro deputado ligado à Canção Nova, Flavinho (PSC-SP). Tratava-se de um projeto que procurava dificultar o acesso de mulheres que tivessem sofrido estupro à assepsia garantida por lei nos hospitais públicos no Brasil. Isso é parte dos esforços para tentar restringir o acesso ao aborto na sua forma permitida por lei, mas nesse caso o objetivo é dificultar o atendimento e a assepsia depois de um estupro. Os protestos de rua focaram muito no Eduardo Cunha, que é evangélico, e em outros atores evangélicos que são importantes nessas ações no Congresso Nacional, mas se falou muito pouco de católicos diretamente envolvidos.

Nesse livro, *Gênero, neoconservadorismo e democracia*, observamos no contexto regional essa articulação entre católicos e evangélicos e essa divisão do trabalho. Tudo ainda precisa de muita pesquisa, mas a gente procura colaborar para a compreensão dessa dinâmica.

Reciis: No livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia* há um consenso de que existe uma emergência do neoconservadorismo no momento atual. Como esse neoconservadorismo se configura e se diferencia do conservadorismo?

Flávia Biroli: Optamos por esse conceito de neoconservadorismo por entender que ele permite jogar luz sobre os padrões atuais dessa reação conservadora à agenda de igualdade de gênero e diversidade, em particular, e à agenda de direitos humanos, mais amplamente. Definimos o conceito de neoconservadorismo

² Foi apresentado em 2013 pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB) e tinha como objetivo inicial modificar o artigo 127 do Código penal sobre “aborto praticado por terceiros”, transformando em crime qualificado o “anúncio de meio abortivo ou induzimento ao aborto” (BRASIL, 2013). Na prática e após a relatoria, se aprovado dificultaria o acesso das mulheres que sofreram violência sexual ao atendimento na rede pública hospitalar, contrariando normas técnicas anteriores do Ministério da Saúde.

por alguns aspectos que hoje constituem a reação a essas agendas. O conceito de neoconservadorismo é mobilizado para evidenciar os padrões atuais dessa reação. Permite entender as alianças e as afinidades entre diferentes setores conservadores, que nem sempre atuaram juntos ou em convergência. Isso não significa que não haja conflitos e diferenças, mas observar essa atuação conjunta e convergente de católicos e evangélicos nos fez entender que há um padrão neoconservador que não coincide com a forma de atuação desses mesmos atores anteriormente.

Uma segunda dimensão que a gente destaca é o que foi chamado de juridicalização da moralidade. Significa que grande parte das disputas em torno das moralidades e da agenda da diversidade de gênero e da igualdade sexual se trava hoje no campo jurídico, nos espaços e nas instituições do sistema de justiça, ativando os operadores desse sistema e procurando retraditionalizar as visões de mundo presentes no âmbito jurídico. Isso se dá por meio da aprovação de legislação na perspectiva cristã conservadora, mas também por meio da criação de obstáculos a partir de uma legislação progressista. Tal retraditionalização, na forma de uma renaturalização das hierarquias, é algo que tem sido mobilizado nessas disputas no campo jurídico.

Desde os anos 1990 até o momento atual, observamos o embate entre os atores neoconservadores e os do campo dos direitos humanos, feministas e LGBTQI+, em especial. Existe um embate entre a concepção naturalista das relações sociais, das hierarquias sociais, e uma outra que contesta essa visão naturalista e procura expor o caráter cultural, político e social dessas hierarquias e de suas reproduções. Nessas disputas, no campo jurídico em particular, há toda uma tentativa de se renaturalizar essas relações e hierarquias, retomando uma cosmovisão cristã.

Outra dimensão na conceituação do neoconservadorismo é a origem das disputas em contextos democráticos. No momento de consolidação da democracia e de maior pluralidade política, permitiu-se a emergência ou mesmo as novas formas de atuação desses atores. Chamamos atenção para o fato de que, apesar disso, do contexto de pluralização maior, esses atores participam de fenômenos de erosão da democracia de diferentes formas. Outra dimensão que discutimos e que possibilita falar de neoconservadorismo é o caráter transnacional dessas investidas, que se tornam possíveis em alianças com diferentes atores, transnacionalmente – é algo que tem se dado no sistema internacional, em cortes como a Interamericana, por exemplo. Precisamos prestar atenção em como as alianças se apresentam.

Falei das alianças entre católicos e evangélicos. Temos o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Brasil, do governo Jair Bolsonaro, capitaneado pela ministra Damares Alves, que é advogada e pastora evangélica; a Secretaria Nacional da Família (SNF), que é fundamental no ministério, é chefiada por Angela Gandra, advogada católica ligada à Opus Dei, filha de Ives Gandra Martins, que é um dos principais ativistas desse conservadorismo extremo no âmbito do judiciário. Neste momento, Angela Gandra é aliada de Damares Alves, de setores evangélicos, mas é mais que isso. Ela tem mostrado que as alianças internacionais são muito importantes, de uma maneira explícita. Angela Gandra no ano passado, em 2020, esteve na Polônia num evento em que falou contra o direito ao aborto, e ela foi financiada por uma instituição chamada Ordo Iuris, instituição da extrema direita conservadora católica e que atua fortemente no Leste e no Centro da Europa. Então, percebemos que essas conexões também fazem parte desse fenômeno do neoconservadorismo.

Uma última dimensão é a relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo. Mencionei isso brevemente, ao falar das minhas agendas de pesquisa. O ponto aqui é que a família é reposicionada no centro da concepção de sociedade, tanto numa dimensão moral quanto socioeconômica. É algo que abre toda uma agenda de pesquisa que acho bem relevante neste momento.

Reciis: Ainda no seu livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia*, no capítulo de sua autoria, em que você fala do ‘familismo’ e no qual também desenvolve relações entre gênero e democracia. Como analisa essa conexão?

Flávia Biroli: Este é meu principal desafio de pesquisa no momento – para além do livro, compreender como é que essa agenda da valorização da família, do familismo, participa de processos atuais de crise e de erosão da democracia. O que as minhas pesquisas apontam, e a literatura voltada para o tema demonstra de diferentes formas, é que existe uma relação importante entre a institucionalização dessa agenda conservadora e a retração de direitos e a redefinição, o reenquadramento, dos sentidos de políticas públicas, com o foco na família – e, em muitos casos, limitando direitos individuais. E limitando também o escopo de atuação de políticas que expressam a responsabilidade pública de conter violências de gênero, por conta das desigualdades, como sabemos, e para promover ações em prol de relações menos injustas e menos violentas.

Eu diria que, de um lado, vemos isso que acabei de falar: a relação entre o familismo e a erosão das democracias que se dá de maneira muito direta. É a promoção de normas, de formas de regulação e desregulamentação, de formas de retração de direitos, de limitação e de redefinição de políticas públicas – elas mesmas são antidemocráticas ou representam a erosão da democracia, no sentido de que se restringem direitos e se subvertem valores democráticos.

O outro lado é que essa agenda familista é mobilizada por atores da chamada direita populista – ou extrema direita, como eu defino, no caso brasileiro – como uma forma de ‘justificar’ retrocessos democráticos, entre os quais, por exemplo, há a perseguição a oponentes políticos e a censura. Nesse caso, a correspondência é um pouco distinta do primeiro ponto que destaquei – o familismo é chamado a justificar as formas autoritárias de política que nem sempre passam pela questão da família. O familismo é convocado a ‘legitimar’ formas de censura, de perseguição política que se ancorariam na ideia de que existe uma ameaça à família, uma ameaça à infância. Essas seriam as duas frentes que observo.

Há um desafio enorme, e a literatura sobre a crise da democracia, que hoje é ampla, precisa incorporar mais diretamente essa dimensão de gênero, ou muita coisa ficará sem compreensão. É raro a literatura da área tratar desse fenômeno que se vê em diferentes países onde se dão processos de erosão da democracia, como a Polônia, a Hungria, a Turquia e o Brasil, em que temos uma conexão clara entre familismo, neoconservadorismo e os processos de erosão da democracia. A literatura trata desses casos em sua maior parte, mas sem se atentar, sem incorporar essa dimensão do neoconservadorismo e da oposição às agendas de igualdade de gênero e dos direitos sexuais.

Reciis: Você argumenta que alguns regimes democráticos podem apresentar respostas fracas às desigualdades persistentes, como as de classe, gênero e raça, sendo sobrepostas por outros padrões de desigualdades, como o acesso à informação e ao conhecimento científico. Como você analisa essas desigualdades de classe, gênero e raça em relação ao movimento feminista?

Flávia Biroli: No meu trabalho como pesquisadora, procuro assumir sistematicamente uma abordagem interseccional. Entendo que as desigualdades não remetem apenas a uma dimensão das hierarquias, das experiências de vulnerabilização e de desrespeito, mas também à dimensão da resistência. No caso brasileiro, as clivagens de gênero, raça, classe e sexualidade constituem, juntas, as posições nas hierarquias e a vulnerabilidade diferenciada a diferentes formas de violência. Os estudos feministas e os feminismos,

como ativismo, têm caminhado muito nessa percepção interseccional da opressão – e o que me interessa mais é perceber os padrões atuais das desigualdades. Evidentemente que há também padrões históricos. Na minha agenda de pesquisa, compreender os padrões atuais é o maior desafio. Há uma literatura hoje muito sofisticada e teórica sobre interseccionalidade e que traz o conceito de consubstancialidade, desenvolvido por Danièle Kergoat (KERGOAT, 2010) e Helena Hirata (HIRATA, 2014).

Essa literatura procura entender que não se trata somente de clivagens que se sobrepõem, mas de uma constituição conjunta dessas posições nas hierarquias, assim como de uma construção conjunta dos padrões de reação, de resistência. Isso também é muito importante se pensarmos nos feminismos no Brasil e na América Latina hoje. Quando olhamos para movimentos que ganharam ressonância internacional e que têm tido um efeito enorme nas dinâmicas das políticas nacionais, como ‘*Ni una a menos*’³, e também as greves feministas ligadas ao ‘*Ni una a menos*’, observamos que há uma agenda interseccional na construção de alianças entre diferentes setores dos feminismos.

É interessante observar como a agenda de violência se cruza com a agenda de crítica ao capitalismo e a relação de exploração do trabalho das mulheres, e como essas duas agendas se posicionam hoje no debate sobre a transfobia, sobre a violência contra as pessoas transexuais e transgêneros na América Latina – debate muito incipiente há poucos anos. É importante salientar que a questão racial e étnica, sobretudo a partir do pensamento das mulheres negras e indígenas, tem sido central para se compreender a violência de Estado na região. Os feminismos, hoje, na sua expressão acadêmica e na sua expressão política, constituem-se de modo muito central nessas solidariedades e nesse diagnóstico interseccional das opressões de gênero.

É evidente que falar em feminismos é falar de uma variedade muito grande de lutas, de expressões, sobretudo quando esses feminismos se tornam mais capilarizados na sociedade. Há também setores e grupos mobilizando os feminismos de maneira muito restrita, por exemplo, para promover o empoderamento das mulheres nas empresas. Não digo que não seja uma agenda legítima, mas ela foge daquilo que eu dizia: feminismos cuja solidariedade e cujos diagnósticos são centralmente interseccionais.

Reciis: Pensando gênero de uma maneira geral, incluindo os movimentos feministas, você acha que a interseccionalidade tem sido vista como pauta política no âmbito das identidades? Na sua opinião, é preciso que haja uma identidade como projeto de luta política?

Flávia Birolí: Entendo que a construção dessa solidariedade – e esse diagnóstico do modo interseccional de produção das hierarquias, das vulnerabilidades, mas também das resistências – vai muito além de uma política de identidades. Não se trata de algo que se restrinja à afirmação de identidades ou a uma conexão restrita entre luta política e uma ou outra identidade. Inclusive, eu tenho um entendimento que adoraria discutir mais, porque sei que não é consensual, de que a própria definição, inclusive no campo progressista, de que questões de gênero e de raça são questões identitárias é uma maneira de esvaziar essas agendas e essas lutas. Lutas que vão muito além da afirmação identitária, quando olhamos as lutas das mulheres negras e feministas. Dá para dizer que toda construção que houve para se chegar à Lei Maria da Penha é uma forma de construção identitária? Podemos dizer que toda a construção que houve – em que foi central a atuação dos sindicatos de trabalhadoras domésticas e da Federação Nacional das Trabalhadoras

3 ‘*Ni una a menos*’ (em português ‘Nem uma a menos’) foi uma marcha multitudinária de protesto contra a violência de gênero que se deu em várias cidades da Argentina, do Chile e do Uruguai no dia 3 de junho de 2015 e na Argentina no dia 3 de junho de 2016. Os protestos em junho de 2016 foram desencadeados pelo assassinato de Chiara Páez, de 14 anos, grávida, e de outras quatro mulheres, incluindo Lucía Pérez, de 16 anos, que foi drogada, estuprada e empalada na cidade costeira de Mar del Plata, em um dos feminicídios mais brutais já registrados na Argentina.

Domésticas (Fenatrad) para que passássemos a ter a PEC das Empregadas Domésticas (BRASIL, 2013)⁴, que igualou os direitos das empregadas domésticas ao dos demais trabalhadores em 2013 – é uma luta identitária?

Existe, sim, uma demanda forte por parte de diferentes grupos para que se reconheça que suas vozes são parte do debate público e que seus corpos são parte da construção de alternativas políticas, de alternativas para a sociedade em que vivemos. São atores que buscam, justamente, fazer parte de processos de tomada de decisão, que buscam romper com silenciamentos e violências históricas, que mantiveram esses atores e essas atrizes numa situação de vulnerabilidade e precariedade e ainda por cima por fora do debate e das decisões que atingem suas próprias vidas.

Eu deixaria uma sugestão para a ala progressista, para as esquerdas: que deem um passo ao lado, quando decidirem partir desse entendimento de que se trata de política identitária. Vamos ouvir o que é demandado por esses grupos. Vamos ouvir os termos deles, o que são as agendas políticas feministas, antirracistas, antiLGBTfobia e antitransfobia, e o quanto elas são agendas transformadoras para muito além da demanda por reconhecimento das atrizes e dos atores no processo político e nos debates.

Reciis: Você comentou, no início da entrevista, a respeito de um estudo sobre a área da saúde, sobre pandemia e cuidado. Como observa essas desigualdades na relação com o cuidado nesta pandemia?

Flávia Biroli: Sobre a Covid-19 e as relações de cuidado, temos vivenciado com a pandemia uma explicitação ou agudização de desigualdades que existiam anteriormente – elas se expandem. As desigualdades relacionadas ao cuidado estão muito explícitas nesse momento. Uma dimensão dessas desigualdades é a de gênero e a racial, no cotidiano. A questão é: quem tem assumido a responsabilidade por cuidar de outras pessoas, das pessoas mais vulneráveis, dos mais vulneráveis nos ciclos da vida (crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais), mas também das pessoas que adoecem, algo mais agudo agora com a pandemia? Esse é um elemento: quem se responsabiliza pela vulnerabilidade humana? Isso não se dá num vazio institucional, não é só uma questão de política de cultura, das práticas adotadas no cotidiano, das relações entre as pessoas. Faz toda a diferença se existem ou não equipamentos públicos de cuidado disponíveis. Por exemplo, se existe ou não creche, creche em horário integral, de boa qualidade, perto de onde moram as pessoas. Isso pode fazer toda a diferença. E os dados que temos no Brasil mostram que faz diferença entre a mulher ter ou não um emprego, pois sem a creche ela não tem condições de assumir um emprego, quanto mais um emprego em horário integral. A interação entre o contexto institucional das políticas públicas e as práticas cotidianas de cuidado é fundamental para garantir justiça e autonomia para as mulheres.

Um efeito característico da pandemia diz respeito às escolas no Brasil, que ficaram fechadas por muito tempo. Segundo dados da Unesco, o Brasil é o país que ficou com mais crianças e adolescentes sem qualquer orientação educacional, nem presencial nem remota, entre março de 2020 e fevereiro de 2021. A esse respeito, sugiro a leitura da Nota Técnica da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, de que faço parte (LUCAS *et al.*, 2021). São 46 milhões de crianças e adolescentes que ficaram sem nenhuma orientação educacional, segundo esses dados. Quais serão os efeitos? Temos um retrocesso de 30 anos, que não aconteceu somente no momento da Covid-19, mas um retrocesso de 30 anos na participação das mulheres

4 Também conhecida como PEC das domésticas, a PEC 66/2012 (que posteriormente se tornou a Emenda Constitucional 72/2013 e, por fim, deu origem à Lei Complementar 150/2015) é uma lei criada para regular os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, de modo que finalmente igualaria seus direitos aos de outros setores.

no mercado de trabalho remunerado. Mesmo nos momentos em que houve uma retomada no emprego, essa retomada se deu entre os homens. Se deu mais entre as pessoas brancas do que entre as pessoas negras.

Por outro lado, pensando nessas crianças e nesses adolescentes, esse não é um problema menor. Não adianta simplesmente pensar pelo lado da inserção nas relações de trabalho, sem pensar nas condições que permitem uma conciliação adequada entre trabalho e cuidado, que não aprofunde as desigualdades. Então, a perspectiva que eu assumo, que é ligada ao debate sobre reprodução social, feminismo e cuidado, é uma perspectiva que traz o problema do cuidado como um problema de primeira ordem. Se queremos viver em uma sociedade na qual é possível haver mais justiça social, é preciso que a gente reconheça a vulnerabilidade humana como algo que não é simplesmente contornável. Dependemos uns dos outros a todo momento, e isso é um problema político de primeira ordem. Como vamos organizar a sociedade para que essa forma de dependência e vulnerabilidade não exista sempre como um fardo para uma parte das pessoas, que assumem esse trabalho de forma gratuita ou extremamente mal remunerada, como é o caso das trabalhadoras domésticas?

Então, nesse contexto de pandemia, vemos que as mulheres têm sido, de novo, aquelas que carregam o fardo do cuidado, mas vemos também a falência de modos de organização da sociedade que não levam em conta essas relações de dependência e vulnerabilidade como um problema prioritário para se constituir sociedades melhores em termos de justiça e sustentabilidade. Essa é uma pauta, no meu ponto de vista, incontornável, quando a gente discute responsabilidade, responsabilização. Não se trata apenas de responsabilizar os governantes quando, por exemplo, eles viraram as costas para o fato de que era preciso vacinar os professores, de modo que as crianças tivessem acesso às escolas e às creches e, assim, pais e professores pudessem trabalhar com segurança. Trata-se também de responsabilizar esses governantes. Mas é preciso, do ponto de vista do arco teórico em que nos situamos, e da luta política, pensar no que significa responsabilidade. O que significa responsabilidade pelo compartilhamento de vulnerabilidade? Infelizmente, o Brasil figura como um dos países do mundo em que mais pessoas têm sofrido pelo adoecimento ou pela morte de mais de 550 mil pessoas no momento em que a gente conversa. O problema da responsabilização pela vulnerabilidade, com justiça social, é central.

Reciis: No contexto em que vivemos, quais desafios e possibilidades você observa numa vida social considerada pelas relações de gênero e democracia?

Flávia Biroli: Vivemos um momento muito crítico não só pela pandemia, mas porque tem sido acelerada a erosão da democracia no Brasil. Essa erosão tem várias dimensões, nem teria como fazer um apanhado de tudo que tem sido parte desse processo tão trágico que vivemos. Vou ressaltar que há três dimensões em que essa erosão da democracia se articula às questões de gênero muito diretamente. Uma delas diz respeito aos efeitos da pandemia. Num país em que não houve responsabilidade governamental adequada e coordenação dos esforços da prevenção da infecção pelo coronavírus, as mulheres têm sido tocadas de maneira muito direta pela irresponsabilidade governamental e pelos avanços de um modelo ultraliberal injusto, porque, como eu disse anteriormente, são elas que têm estado entre as pessoas para quem a queda de renda, a perda de emprego ou a passagem da formalidade para a informalidade se tornou uma realidade com a pandemia. Isso tudo precisando se dividir entre buscar o sustento de suas famílias e cuidar de idosos, que estão em condição mais frágil pela pandemia em termos de saúde, ou também de crianças e jovens, mais vulneráveis socialmente com a suspensão do ensino presencial.

Outra dimensão em que democracia e gênero se tocam diz respeito ao fato de que a tragédia não impediu que a agenda e os atores neoconservadores situados no âmbito institucional, sobretudo no governo federal, deixassem de ‘passar a boiada’, para citar o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Isso significa que

tem havido ações para o avanço na restrição de direitos das mulheres, direitos reprodutivos em particular, e que tem havido ações para institucionalizar o familismo como política, de uma maneira que atinge diretamente as mulheres. Isso significa que estamos deixando de lado políticas públicas com décadas de testes e de conhecimento, que se mostram adequadas, e que agora se promove uma agenda da família, como na Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares, um decreto de 2020 do governo federal (BRASIL, 2020). A aposta vai para uma direção em que não haverá eficácia nenhuma para garantir a vida das mulheres e condições dignas de trabalho para elas.

Eu queria terminar com a terceira dimensão. Passamos hoje pela tramitação de uma reforma política que é uma violência de gênero contra as mulheres brasileiras. Uma reforma que, feita a toque de caixa e sem debate com a sociedade civil, virando as costas para especialistas, vai restringir a pluralidade, a transparência e o controle democrático sobre os partidos políticos. Caso seja aprovada, vai suspender os incentivos e o mínimo de financiamento para candidaturas de mulheres e candidatas e candidatos negros. Vai acabar com a legislação de cotas eleitorais existente, colocando no lugar uma forma de legislação de cotas de assento que será um retrocesso, com um percentual inicial de 18% de mulheres. Para se ter uma ideia, só em 2038 chegaríamos a esses 30%. Também poderá eliminar a exigência de um mínimo de financiamento de 30% para esses grupos.

Isso coloca o Brasil na contramão de tudo o que acontece na nossa região (América Latina), já que vários países vizinhos hoje têm paridade de gênero na participação política. Coloquei isso de maneira geral porque as propostas estão em tramitação neste momento, mas o ponto para o qual eu queria chamar atenção, ou seja, o ponto central, é que uma reforma eleitoral que é contra as mulheres, que é contra uma democracia representativa plural, põe nas mãos dos partidos o controle, de modo que restringe a transparência e o acompanhamento por parte da justiça eleitoral. Isso é muito sério! No momento, essa é uma relação importante entre gênero e erosão da democracia no Brasil.

Os ataques orquestrados às instituições e às eleições, os ataques amplos contra a capacidade estatal brasileira, contra a ciência e a educação, contra os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental, colocam desafios significativos para todos nós que estamos comprometidos com a democracia e com um futuro de justiça social.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **A nação diante do suicídio de Vargas**: uma análise do discurso do PCB. 1999. 158 f. Dissertação (Mestrado em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279887>. Acesso em: 2 jul. 2021.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Niterói: EdUFF; Vinhedo: Horizonte, 2013.

BIROLI, Flávia. **Com a corrente**: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950. 2003. 326 f. Tese (Doutorado em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279846>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.069, de 27 de fevereiro de 2013**. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Decreto nº 10.570, de 9 de dezembro de 2020. Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 11, 10 dez. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10570.htm. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **A ideologia do gênero: seus perigos e alcances**. Tradução: Apostolado Veritatis Splendor. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt#>. Acesso em: 23 ago. 2021.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jnec/a/hVNNxSrszcVLQGfHFsF85kk/?lang=pt#>. Acesso em: 23 ago. 2021.

LUCAS, Angela *et al.* **A educação na pandemia e a omissão do Governo Federal**. [S. l.]: Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, 2021. (Nota técnica, 5). Disponível em: <https://mulherescientistas.org/wp-content/uploads/2021/05/NT5-EducacaoapandemiaVF.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018**: familismo, conservadorismo e neoliberalismo. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38470>. Acesso em: 23 ago. 2021.

TEIXEIRA, Raniery Parra. **“Ideologia de gênero”?: as reações à agenda de igualdade de gênero no Congresso Nacional**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35044>. Acesso em: 23 ago. 2021.